21/10/2015.

PERRENAUD, Philippe, Dez Novas Competências Para Ensinar: Convite à viagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. Diretoria de
Orientação Técnica. Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem
- Deficiência Intelectual. São Paulo: 2012.

SEI, Maíra Bonafé, Revista de Arteterapia da Associação de Arteterapia do Estado de São Paulo - AATESP, vol. 5, n. 1, p.1, 2014. - ISSN 2178-9789. Disponível em < http://aatesp.com.br/resources/files/downloads/Revista_Arteterapia_AATESP_ v 4_n1_2013.pdf >. Acesso em 08/10/2015.

SMITH, Corine; STRIK, Lisa. Dificuldades de aprendizagem de A a Z – Um Guia Completo Para Pais e Educadores. Porto Alegre, Artemed, 2001.

SOUZA, PRISCILA ROCHA DE. Arteterapia Aplicada À Educação: A Construção De Um Caminho. 67 f. São Paulo, 2005. Monografia: Especialização em Arteterapia – Universidade Potiguar – (RN) Pró - Reitoria de Pesquisa e Pós – Graduação Lato Sensu e Alquimy Art (SP), 2005.
Disponível em: < http://www.alquimyart.com.br/monografias/1/2005_sp_SOUZA_priscila_rocha _ de.pdf >. Acesso em: 21/08/2015.

DIFICULDADES NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

MARISLEI ACQUAFREDA GARCIA

RESUMO

O ensino superior brasileiro vem sofrendo transformações e aperfeiçoamento nos âmbitos acadêmico, profissional, político e inclusivo das ações e propostas que embasam e orientam a possibilidade de acesso de estudantes de diferentes classes, a fim de ampliar a inclusão social. Diante desta realidade, este estudo objetivou analisar os desafios do acesso ao ensino superior brasileiro. A relevância da pesquisa justifica-se na necessidade de compreender o ensino superior como espaço de inclusão social, a partir da possibilidade de acesso de estudantes de diferentes classes. Para tanto, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura, que permitiu observar que o acesso ao ensino superior está em expansão de políticas que embasam a inclusão social.
Palavras-chave: Ensino Superior. Acesso. Desafios.

ABSTRACT

Brazilian higher education has undergone transformations and improvements in the academic, professional, political and inclusive spheres of the actions and proposals that support and guide the possibility of access for students from different classes, in order to expand social inclusion. Given this reality, this study aimed to analyze the challenges of access to Brazilian higher education. The relevance of the research is justified by the need to understand higher education as a space for social inclusion, based on the possibility of access by students from different classes. To this end, bibliographic research was used as a methodology, with a literature review, which allowed us to observe that access to higher education is expanding policies that support social inclusion.
Keywords: Higher Education. Access. Challenges.

INTRODUÇÃO

O ensino superior brasileiro caracteriza-se como limitado em particularidades, devido a tardia criação de cursos superiores no país, refletindo em uma realidade de aperfeiçoamento acadêmico, profissional, político e inclusivo das ações e propostas que embasam e orientam as transformações deste cenário.

Após a década de 1990, a educação brasileira vem sofrendo mudanças, desde a educação básica ao ensino superior, com o aumento de ingressos em universidades públicas e privadas, caracterizando a atualidade a partir de uma acentuada ampliação do ensino superior, diante da criação de novas instituições, promulgação de leis, cursos para atender diferentes perfis, contratação de professores, entre outros aspectos (CARVALHO, 2007).

O aumento das discussões e reflexões sobre a educação superior está embasada também nas mudanças sociais e econômicas, que refletem a realidade

do país. A oportunidade de acesso ao ensino superior, bem como a ampliação dos direitos por uma formação de qualidade, representa um elemento significativo nas políticas educacionais, porém, existe a necessidade de garantir a manutenção e construir processos que proporcionem a chegada do ensino superior à conquista por autonomia e inclusão social (SECCHI, 2012).

Diante desta realidade, este estudo objetivou analisar os desafios do acesso ao ensino superior brasileiro. Como objetivos específicos, destacam-se: identificar a evolução do ensino superior; relacionar as políticas que embasam os avanços e mudanças no ensino superior; analisar as possibilidades e desafios do acesso às universidades; relacionar as avaliações à possibilidade de formação superior.

A relevância da pesquisa justifica-se na necessidade de compreender o ensino superior como espaço de inclusão social, a partir da possibilidade de acesso de estudantes de diferentes classes, de modo que a universidade seja um espaço de atendimento às diversidades, formando profissionais que dominam as habilidades de seu curso, além de cidadãos transformadores da realidade.

Para tanto, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura, que permitiu observar que o acesso ao ensino superior ainda apresenta defasagens, considerando o contexto de políticas públicas que estão em desenvolvimento e ampliação.

AS ORIGENS DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

O ensino universitário visa ministrar uma formação superior de saberes. Deste modo, tanto a Espanha quanto a Inglaterra tiveram um acesso ao ensino superior mesmo no período colonial, diferente do Brasil que precisou aguardar até o final do século XIX para construir as primeiras escolas que ofereciam formação cultural e científica, com a chegada da Família Imperial no país.

Os objetivos de Portugal ao colonizar as terras brasileiras estavam, exclusivamente, voltados à exploração das riquezas e a defesa dos países europeus. A educação coube, durante muitos anos, às práticas jesuítas que enfatizavam ensinamentos para a catequese religiosa; os funcionários da Igreja, assim como os filhos dos detentores do poder precisavam recorrer aos estudos na Europa a fim de obter formação universitária, sendo Coimbra o principal destino dos estudantes (SOARES E CUNHA, 2010).

Apenas em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, surgem as primeiras escolas médicas nos estados da Bahia e Rio de Janeiro, com o Colégio Médico Cirúrgico baiano e o Hospital Militar carioca. Em 1810, o Príncipe Regente criou a Academia Real Militar da Corte - renomeada, mais tarde, para Escola Politécnica - e a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura, posteriormente conhecida como Academia das Artes (DURHAM, 2009).

Estes modelos caracterizaram o ensino superior brasileiro como instituições isoladas de ensino profissionalizante, atendendo apenas a elite composta pelos filhos dos aristocratas coloniais que não podiam estudar na Europa por causa das rivalidades e bloqueios impostos por Napoleão. O sistema atual de ensino superior ainda sofre influências significativas com este modelo de cursos voltados ao ensino prático, ministrado em instituições isoladas, priorizando a formação do domínio dos saberes, desconsiderando a capacidade de pensar e criticar do aluno.

Com a Proclamação da Independência, no século XIX, houve um crescimento significativo na criação de escolas de nível superior no Brasil, mas os modelos ainda eram baseados nas unidades de formação profissional desconexa à realidade do discente.

A ideia pela fundação da primeira universidade brasileira começou em 1843, com projetos para a criação da Universidade de Pedro II e em 1847, com a Universidade Visconde de Goiânia, mas ambas não saíram do papel (DURHAM, 2009).

A chegada da República ao Brasil criou expectativas sobre a realização dos projetos para fundação das universidades no país, mas a Constituição de 1891 não se comprometeu com estes projetos. Apenas em 1912, no Estado do Paraná, surge a primeira universidade brasileira, atualmente conhecida como Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a reunião dos cursos superiores da Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Escola Politécnica.

A oficialização da universidade brasileira aconteceu com o decreto n° 14.343 de 07 de setembro de 1920, reconhecendo a instituição como universidade (SOUZA, 2011).

Os cursos criados estavam fortalecidos e unidos pelo Conselho Universitário, permitindo uma ligação entre os cursos, até então isolados, através de mecanismos administrativos e não acadêmicos, caracterizando o ensino superior como agregado, mas não integrado. Com a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, surge a Universi-

dade de São Paulo (USP) com características que mudariam esta concepção de instituições agregadas (SOARES E CUNHA, 2010).
A USP reuniu cursos já existentes em São Paulo, criando a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, fundamentada nas áreas do conhecimento humano, priorizando a capacidade intelectual do aluno e não puramente técnica e mecânica.
A Faculdade de Filosofia fundada na USP tinha o propósito de compensar os isolamentos das áreas do saber, capacitando o indivíduo para a entrada em qualquer curso específico, pois uma vez preparado para a criticidade e avaliação do que é necessário para sua vida, o aluno estaria preparado para formação em qualquer área, consciente de suas prioridades individuais, coletivas e sociais. Além disso, a USP baseava-se (e baseia-se até os dias atuais) na ideia de que uma formação completa precisa de ensino, pesquisa e extensão (SOUZA, 2011).
As demais universidades federais brasileiras surgiram entre as décadas de 1950 e 1970, com pelo menos uma representante por Estado no Brasil, além da criação de universidades estaduais, municipais e particulares, descentralizando o ensino com a elaboração da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961. A grande expansão do ensino superior, porém, só aconteceu em 1970, com matrículas em universidades que subiram de 300.000 para 1.500.000 em dez anos (DURHAM, 2009).
A explosão da concentração urbana e as exigências por mão-de-obra especializada que atendia as indústrias e serviços contribuíram para o aumento do número de vagas nas universidades, dando margem à aprovação de milhares de cursos pelo Conselho Federal de Educação, já que o governo não conseguia atender todos os alunos. Com essa ampliação de cursos, a aceitação dos ingressantes nas universidades passou a substituir provas orais e dissertativas por exames de múltipla escolha (SOUZA, 2011).
O ano de 1980 marcou a estagnação do ingresso de alunos às Universidades devido às inadequações dos cursos quanto às exigências do mercado de trabalho e a crise econômica que afastou as pessoas dos cursos superiores. Apenas em 1990, com a redemocratização brasileira, o ensino superior volta a ser frequentado pelos estudantes, recebendo um acompanhamento especial do governo que garantia condições mínimas de qualidade de ensino e pesquisa das novas instituições,

adequando os cursos às necessidades dos empregadores e do mercado de trabalho (SOARES E CUNHA, 2010).
Com relação à formação docente, a primeira Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n°4024/61) trazia o discurso relativo à educação básica; em 1971 é elaborada a Lei n° 5692/71 que obriga os professores à preparação para o Magistério, mas com maior foco ainda para a educação básica, sem pontos relevantes para representar a educação superior. Na década de 1960, são criados os cursos de pós-graduação que enfatizam a formação do professor que atua no ensino superior, com currículos voltados à formação de pesquisadores, omitindo a necessidade de especialização da docência (SOUZA, 2011).
A Lei das Diretrizes e Bases (LDB – Lei n°9.394/1996) contribuiu positivamente para os avanços na educação brasileira, principalmente quanto aos direitos dos estudantes, estando reestruturada e reformulada a educação em modalidades e níveis distintos da educação, inclusive referenciando o ensino superior, proporcionando reformas nas políticas e ações educacionais de acordo com as necessidades e realidade da sociedade atual (DURHAM, 2009).
A reformulação da Lei das Diretrizes e Bases (Lei n° 9394/96) possibilitou a ampliação de títulos de professores nas universidades, estabelecendo um limite mínimo de um terço dos docentes que atuam nas universidades com formação de mestrado ou doutorado, valorizando as práticas didáticas e as metodologias inovadoras e consciência pedagógica dos professores de ensino superior (SOARES E CUNHA, 2010).
Após a implantação da LDB, o Brasil vivencia mudanças significativas também no sistema de ensino superior. O crescimento das opções de cursos, assim como a flexibilidade do ensino representam as mudanças iniciais, seguidas pela estruturação do currículo e alterações nos critérios de aceitação dos discentes nas universidades. O próximo passo são as alterações quanto à exigência de títulos dos docentes e os processos de avaliação. Poucos avanços, porém, ocorreram quanto a diferenciação das instituições: algumas incentivam à pesquisa e as outras valorizam os programas de ensino.
No caso desta diferenciação entre as universidades, o professor ingressante para trabalhar com docência do ensino superior precisa conhecer as condições de trabalho em cada modelo, pois dependendo do tipo de instituição de ensino superior

a qual estiver ligado, será exigido um perfil profis-

sional de acordo com as necessidades da universidade, ou seja, sua carreira será frustrante se ele optar por trabalhar em uma universidade de perfil pesquisador sendo que o professor acredite em atividades de docência; vale ressaltar que os processos teóricos para metodologias e didáticas devem fazer parte da realidade de ambas universidades (SOARES E CUNHA, 2010).
Segundo Souza:

Há a necessidade de criação de cursos mais curtos e/ou voltados a novas especialidades, sejam elas decorrentes de abordagens interdisciplinares, do avanço da ciência e da tecnologia, da flexibilização dos campos do saber ou das necessidades criadas pelo gerenciamento de sistemas de novas tecnologias. Questiona-se, inclusive, qual a formação que o ensino superior deve oferecer e a quais interesses deve atender. (...) paralelamente a estas mudanças, o sistema educacional tem observado um movimento no sentido de democratização do acesso ao ensino superior, como é possível de ser observado nos resultados do Censo da Educação Superior (SOUZA, 2011, p.07).

Atualmente no Brasil, é necessário, portanto, que o professor saiba lidar com as diversidades culturais do ensino superior, devido à formação de turmas mais heterogêneas e numerosas, em que professores e alunos não se conhecem profundamente, tendo uma relação mais superficial, apresentando um sistema insuficiente quanto à valorização do bom relacionamento entre docente e discente.
Com tantas mudanças acontecendo diariamente e alunos em sala de aula mais preparados para aprender, a formação do professor universitário no Brasil nos dias de hoje não o prepara apenas para ensinar sua disciplina, tampouco para lecionar apenas em universidades, mas o prepare para trabalhar com sistemas educacionais que variam de filosofia e com alunos de perfis diferenciados, logo, exigindo do docente uma capacidade de saber analisar e entender as realidades, criando estratégias que vão suprir a necessidade do aluno e prepara-lo para a vida pessoal e profissional.
As funções de trabalho do professor universitário brasileiro nos dias atuais são: o estudo e a pesquisa; a docência, a organização e o aperfeiçoamento de ambas; a comunicação de suas investigações e conhecimentos; as inovações pedagógicas; a orientação e a avaliação dos alunos; a avaliação da docência; a participação na gestão acadêmica; o estabelecimento de relações com o mundo do trabalho, da cultura e realidades sociais; a contribuição para um clima de colaboração entre os professores; envolvimento na gestão e administração de seus departamentos; participação na tomada de decisão sobre o currículo (SOUZA, 2011).

PROCESSO SELETIVO E ENSINO SUPERIOR

Após a reestruturação da Lei das Diretrizes e Bases (Lei n° 9394/96), algumas alterações ocorreram, entre elas, a alteração da expressão vestibular para processo seletivo, referindo-se ao ingresso no ensino superior. A mudança de normação oportunizou às instituições de ensino uma autonomia para considerar a chegada de novos estudantes às universidades (SECCHI, 2012).
Dentre as possibilidades de processo de ingresso nas universidades brasileiras, estão a entrevista, análise de histórico escolar, avaliação realizada em mídias, entre outras possibilidades, de acordo com a necessidade da instituição e dos estudantes. Além disso, o ingresso por meio do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM passou a ser considerada, avaliando as habilidades exigidas no exame (BARROSO, 2009).
Oliveira e Santos (2009) afirmam as principais diferenças na alteração de nomenclatura de vestibular para processo, caracterizando o primeiro como uma passagem de Educação Básica para ensino superior, enquanto o processo seletivo representa um ingresso, permitindo dimensionar um estágio de encerramento, em que o estudante finaliza o curso básico para iniciação no superior.
O vestibular, em sua composição tradicional, trata-se de uma seleção de pessoas a partir da realização de uma avaliação, em que a pontuação representa a maior relevância para caracterizar uma ordem de nomeação. Neste contexto, os estudantes com maior pontuação acabam conquistando o espaço na instituição superior. A forma como a avaliação será construída depende, diretamente, dos critérios da organizadora, podendo realizar a mensuração da forma que considerar viável aos interesses da universidade (OLIVEIRA E SANTOS, 2009).
Portanto, a adoção de vestibulares permite à instituição de ensino superior, a realização de provas por etapas, eliminando os participantes ao longo de um determinado período. A prova que inicia o processo classifica-se como objetiva, quando há opções de escolhas para a resposta, a segunda etapa discursiva e, em casos mais específicos, a entrevista com o

candidato ao ingresso.
Com relação ao processo seletivo, as etapas e formas de avaliação são conduzidas, permitindo que os estudantes realizem avaliações de diferentes dimensões e contextos, considerando desde redações e apresentações de projetos, até avaliações de habilidades, conforme o processo seletivo realizado pelo ENEM.
O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM foi instituído no ano de 1998, objetivando caracterizar a finalização do ensino básico, considerando a necessidade de uma avaliação das habilidades desenvolvidas pelos estudantes ao longo do curso escolar.
As atuais instituições de ensino, especialmente as públicas, utilizam os resultados obtidos pelos estudantes neste processo, para permitir o ingresso nas instituições (SECCHI, 2012).
Com relação às universidades privadas, em sua maioria, utilizam os resultados do ENEM a partir do ProUni, instituído na Lei n° 11.096 de 13 de janeiro de 2005, regulamentando e dando assistência social ao ensino superior. O programa concede bolsas de estudos integrais e parciais para graduandos e formandos em cursos sequenciais de especialização, voltando a prática às instituições de ensino superior particulares, isentando as universidades que aderirem ao programa de alguns tributos (VALLE, 2009).
No ProUni, as bolsas são destinadas especificamente para alunos que cursarem escolas públicas durante o ensino médio ou em colégios privados na condição de aluno bolsista, desde que o graduando comprove estas condições legalmente (CARVALHO, 2007).
Uma Portaria Normativa de 20 de novembro de 2008, ainda regulamenta a manutenção das bolsas do programa, determinando que as universidades participantes do PRoUni mantenham disponíveis as manutenções das bolsas, cursos e programas em um endereço eletrônico, de fácil acesso dos estudantes.
Dentre as condições aos alunos participantes do programa está a necessidade de ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio e obter uma nota determinada, além de apresentar uma renda familiar proporcional ao estabelecido pelo Ministério de Estado e Educação (SECCHI, 2012).
A promulgação do ProUni permitiu o acesso de estudantes de classes mais baixas às universidades, proporcionando o ensino superior aos mais desfavorecidos, situação que direciona o país ao atendimento às diversidades e oportunidade para todos, bem como a democratização do ensino superior, ampliando a inclusão social (VALLE, 2012).
Um dos maiores desafios do acesso às instituições de ensino superior caracteriza-se como a oferta de políticas, além da disponibilidade de vagas, mas possibilitando a permanência dos estudantes e conclusão dos cursos. Neste contexto, foi instituído do REUNI, Programa de Restruturação a Ampliação das Universidades Federais, que passou a oferecer políticas de acesso ao ensino superior, visando que instituições públicas continuassem oportunizando vagas para ingresso e acesso (OLIVEIRA E SANTOS, 2009).
O programa REUNI caracteriza-se como um apoio às universidades na reestruturação para proporcionar condições necessárias às instituições, visando a ampliação do acesso e permanência no ensino superior, a partir da elaboração de planos que intencionem a otimização de espaços e recursos às instituições (MOROSINI, 2009).
Outro programa que facilita o acesso às universidades é o Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado no ano de 2010 para unir as vagas em instituições públicas nacionais, utilizando como critério de acesso as notas obtidas no processo de avaliação do Enem como forma para a seleção (DIAS, 2010).

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

O ensino superior brasileiro vem quebrando paradigmas nas últimas décadas quanto sua possibilidade de acesso, permitindo que alunos de diferentes realidades financeiras e níveis sociais e culturais frequentem as universidades. Devido a esta acessibilidade facilitada, pode-se observar algumas tendências que caracterizam as instituições de ensino superior.
No Brasil, a parte da população concluinte do ensino superior eleva-se consideravelmente a cada semestre. O acesso e a permanência de alunos no ensino superior aumentaram devido ao número maior de vagas em instituições de ensino, assim como a facilidade nos programas de bolsa de estudos e financiamentos de cursos considerados muito caros pela comunidade (SECCHI, 2012).

O incentivo por cursos a distância também aumentou, assim como a procura e a confiança nestes cursos por alunos que não dispõe de tempo flexível para cursar uma universidade presencialmente. O interesse das políticas públicas na elevação da escolaridade brasileira também influencia no acesso de

alunos em universidades, objetivando a garantir indicadores nacionais elevados para investimentos na educação dos agentes externos (SANTOS, 2009).
Até pouco tempo, as mulheres com nível de formação superior eram professoras de educação básica, enfermeiras ou estilistas. Atualmente, este perfil mudou devido à inserção da mulher no mercado de trabalho em áreas antes consideradas masculinas, como as Engenharias. Estas mudanças sociais influenciam cada vez mais a participação de mulheres nas universidades, caracterizando um novo perfil de instituição de ensino superior (CARVALHO, 2007).
Dentre os desafios, o campo acadêmico das instituições de ensino superior caracteriza-se como um espaço preenchido por muitos professores homens, afirmando ainda mais a formação de mulheres em cursos mais específicos (BARROSO, 2009).
Outra situação que favorece o acesso às universidades, na atualidade, é o aumento no número de cursos presenciais com cargas a distância a serem cumpridas, influenciando a participação dos alunos nos ambientes virtuais de ensino, contribuindo para a desmistificação sobre os cursos de ensino à distância (VALLE, 2009).
De fato, muitas áreas ainda exigem a participação total do aluno no espaço físico que representa a instituição de ensino, não sendo possível um curso totalmente a distância, mas aceitando momentos de participação em atividades, fóruns de discussão ou grupos de estudo pelo ambiente virtual (SECCHI, 2012).
Dentre os desafios, os cursos semipresenciais devem garantir o controle e auxílio na aprendizagem dos discentes universitários, integrando as aulas presenciais e a distância a fim de proporcionar ao aluno todas as vantagens de seu curso com acessos pertinentes à sua disponibilidade de horário (DIAS, 2010).
O mercado de trabalho atual exige do profissional um perfil proativo, dinâmico e detentor de um conhecimento vasto, não se limitando a uma formação única. Sendo assim, é comum perceber a presença de pessoas graduadas participando de novos cursos em áreas diferentes a fim de adquirir uma atualização constante em seu currículo para garantir espaço no mercado de trabalho cada vez mais competitivo (MOROSINI, 2009).
A graduação não deve significar uma estagnação, ou seja, o aperfeiçoamento precisa ser permanente para aqueles que almejam melhoras significativas em suas vidas profissionais. Sendo assim, muitos estudantes iniciam cursos e não finalizam, transformando acesso em evasão, caracterizando a importância do estudante iniciar sua formação quando entende a importância do ensino superior, de modo que não ocorra a desistência, influenciando em aspectos negativos aos estudantes e universidades (SOUZA, 2011).
Outro fator relevante trata-se das mudanças no modelo organizacional. O Brasil vem implantando uma nova cultura nos processos avaliativos dentro das universidades, com modelos externos e internos que contribuem para a elevação dos indicadores de educação no país, garantindo o investimento nas políticas educacionais. Empresas nacionais e internacionais acabam apresentando a necessidade da criação de cursos padronizados, específicos de determinadas áreas e a implantação destes cursos nas universidades depende de resultados que mostram a melhoria na qualidade de ensino (CARVALHO, 2007).
Os atuais modelos organizacionais exigem das universidades, que também pertencem a um mercado competitivo, a criação de novos cursos, possíveis após a adoção de medidas como: um planejamento integrado aos projetos pedagógicos da instituição; melhor utilização das tecnologias de informação e comunicação; aprimorar a utilização dos recursos disponíveis nas instituições; analisar a comunidade atendida pelas instituições de ensino superior para melhor formular os objetivos, metas e missões; revisão das práticas pedagógicas docentes com mais frequência, reconsiderando ações que não contemplam a necessidade da educação com tanta eficiência (MOROSINI, 2009).
Além de retornar às salas de aula em outros cursos de graduação a fim de aprimorar a formação inicial, é crescente, também, a procura por cursos mais específicos, ou seja, as Pós-Graduações, principalmente Lato Sensu. Para garantir o espaço desejado no mercado de trabalho, as empresas exigem algumas especificações de seus funcionários, encontradas em cursos de Pós-Graduação. Além disso, com o crescimento da procura por cursos e vagas nas instituições de ensino superior, os docentes também precisam garantir uma formação continuada para garantir espaço nas cadeiras de docentes de nível superior (BARROSO, 2009). Estas tendências reforçam a importância de capacitação do docente para atender as necessidades da universidade e de seus estudantes, cada vez mais interessados em novos conhecimentos, com acesso facilitado às instituições de ensino superior, expectativas de uma formação dinâmica e continuação de seus

estudos.
O docente com habilidades para lecionar no ensino superior organiza suas aulas, agrega teorias metodológicas ao seu planejamento e contempla uma didática dinâmica que atende as necessidades dos alunos, alcançará uma carreira promissora na educação, proporcionando à universidades, aos docentes e a si mesmo uma capacidade lucrativa maior, bem como uma qualidade de vida, profissional e pessoal, melhores, evidenciando um desafio significativo no acesso às instituições de ensino superior (SECCHI, 2012).
Um dos desafios para as universidades, são as avaliações de aprendizagem, que apresentam como principal agente o aluno, pois estes resultados permitem que o aluno mensure sua aprendizagem em instituições voltadas aos resultados avaliativos, relacionando seus estudos à quantidade armazenada sobre ele (DIAS, 2010).
O acesso e permanência de estudantes nas universidades depende de um ensino voltado à aprendizagem e a avaliação, que se trata de uma maneira de verificar estes resultados. Quando o aluno consegue exprimir o que aprendeu nas disciplinas, ele é aprovado no curso e sua formação dá continuidade, assim como resultados baixos representando a defasagem de aprendizado.
A avaliação deve ser apresentada de maneira clara e definida no plano de aula das disciplinas com critérios válidos, de acordo com os objetivos do curso. As principais avaliações de aprendizagem estão divididas em: avaliação contínua, avaliação tradicional e avaliação integrada, determinando possibilidades de desistência dos estudantes ao ensino superior (VALLE, 2009).
Na avaliação contínua, o estudante está submetido a um constante processo avaliativo, visando sua formação e a cada etapa do processo de ensino-aprendizagem informações são agregadas a sua realidade. A avaliação contínua possibilita flexibilidade e melhoras dos resultados ao longo do processo, sem que ocorra uma finalização da disciplina para verificar quando a aprendizagem foi satisfatória ou não.

O acompanhamento neste processo deve ser assíduo, de maneira individualizada permitindo correções durante a realização da disciplina estudada (DIAS, 2010).
Na avaliação tradicional, o estudante recebe informações de seu docente que podem ser complementadas com estudos pessoais e, ao final do processo de ensino- aprendizagem, o discente realiza uma avaliação (prova, trabalho, relatório, entre outros) que mensura sua capacidade de conhecimento adquirida no decorrer do processo. É uma maneira arriscada, que pode levar o aluno a decorar conteúdos, mas não os entender de fato; a preocupação com a avaliação é maior do que com a aprendizagem (MOROSINI, 2009).
Ainda existe a possibilidade de utilização de uma avaliação tradicional, agregada a trabalhos ou atividade individuais ou em grupos que compõe uma nota de maneira a levar em consideração outros meios do aluno expressar seu conhecimento adquirido.
A avaliação integrada é uma forma de avaliar o estudante, valorizando sua aprendizagem na íntegra, ou seja, avaliações que contemplam todos os conteúdos estudados de forma que haja uma interdisciplinaridade. Porém, quando a avaliação integrada compõe questões soltas de cada disciplina não significa que aconteça uma interdisciplinaridade, possível apenas quando um mesmo assunto é abordado em várias disciplinas (BARROSO, 2009).
Para que a realização de uma avaliação seja integrada, a maneira de ministrar o curso e os conteúdos também deve ser, pois o aluno não pode aprender de maneira isolada e ser levado à integração apenas no momento da avaliação. Alunos e professores que trabalham com a avaliação integrada precisam de orientações a fim de conhecer a forma prática do processo de ensino-aprendizagem, evitando o surgimento de problemas posteriores (CARVALHO, 2007).
Quando a situação do curso é considerada comum, as avaliações são realizadas de forma individualizada, pois o mercado exige profissionais capacitados e avalia-os de maneira individual. Porém, projetos de pesquisas podem ser realizados em grupos para que haja a troca de informações, assim como a avaliação em grupo pode fazer parte da composição da nota, não se limitando apenas a este tipo de avaliação para decidir a aprendizagem do aluno.
Embora o crescimento das universidades privadas oportuniza uma via de acesso aos estudantes menos favorecidos, apesar da realidade direcionar aos

quantitativos de que há uma inversão em relação no ensino superior, diante da realidade de que os estudantes de escolas particulares ingressam nas universidades públicas. Já os estudantes que terminam seu curso básico em escolas públicas ingressam em universidades privadas, refletindo que os alunos com maior poder aquisitivo chegam às universida-

des públicas (SECCHI, 2012).
Ouros aspectos polêmicos nos processos avaliativos envolve a participação direta do docente, como optar por questões abertas ou fechadas, utilizar estudos de caso, o peso de cada questão em instrumentos avaliativos e a utilização de trabalhos para compor os processos de avaliação (SOUZA, 2011).
Nenhum processo avaliativo ocorre, porém quando os recursos disponíveis, os planos de ensino e a filosofia da instituição forem eficazes e claramente determinados e expostos aos alunos. As diferenças de aprendizagem devem ser respeitadas, possibilitando que demonstrem a aprendizagem em diversas formas, sem a facilitação, mas com o processo realizado como um todo, verificando se o aluno alcançou integralmente os objetivos do curso (VALLE, 2009).
Deste modo, o acesso ao ensino superior ainda apresenta defasagens, considerando o contexto de políticas públicas que estão em desenvolvimento e ampliação. Os desafios encontrados são inúmeros, porém, o fato de existir a preocupação e criação de leis que garantam o acesso e a permanência de estudantes no ensino superior, oportuniza o crescimento no número de indivíduos com formação universitária, disputando espaço no mercado de trabalho a partir da habilitação profissional possibilitada pelo curso superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual cenário que envolve a presença das políticas públicas, principalmente no campo educacional, buscando a inclusão social para reduzir as desigualdades, considerando a situação de vulnerabilidade socioeconômica. No contexto do ensino superior, as políticas servem para promover igualdade de oportunidade de acesso e permanência nas instituições de ensino superior.
Diante desta realidade, a elaboração deste estudo intencionou identificar as possibilidades de acesso nas universidades, considerando as evoluções históricas,

políticas e sociais que caracterizam as instituições de ensino superior. Diante desta realidade, algumas leis embasaram o ingresso dos estudantes ao ensino superior, proporcionando direitos e inclusão social.
As universidades brasileiras de ensino superior, ao longo das décadas, sofram transformações significativas, desde estratégias pedagógicas construídas para oportunizar o desenvolvimento de habilidades discentes, não enfatizando apenas a formação profissional para atuação no mercado de trabalho, bem como a elaboração de leis e políticas que defendam a chegada dos estudantes ao ensino superior, de modo que seja possível a oferta a diferentes classes, ampliando a inclusão social.
Após a promulgação da Lei das Diretrizes e Bases Nacional, uma alteração significativa foi a mudança de vestibular para processo seletivo, permitindo que o ingresso dos estudantes esteja embasado nas necessidades da universidade e alunos, ou seja, as instituições conquistaram autonomia para adotar a maneira ideal de possibilitar o acesso e permanência dos estudantes, estando além da análise de provas e exames.
Uma das possibilidades de acesso dos estudantes ao ensino superior é a partir do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que permite ingressos após a finalização do curso básico, considerando as análises das competências e habilidades desenvolvidas e aprendidas, de modo que não ocorra uma avaliação por seriação e eliminatória, mas permita que indivíduos de diferentes classes sociais disputem a entrada nas universidades.
As avaliações internas representam a possibilidade de reflexão sobre a formação pedagógica, sendo necessária para uma análise e investigação das necessidades do discente e da universidade e, embora o tradicionalismo ainda seja a prática mais comum no meio docente, muitas são as inovações e aceitações, como a busca por recursos diferenciados, a consideração pela necessidade do ensino à distância e a implantação do uso de tecnologias em suas aulas.
A educação tem evoluído ao longo dos anos, mas ainda necessita de muitas melhorias, principalmente referente às metodologias e práticas voltadas ao ensino superior a fim de suprir as necessidades e expectativas dos alunos, preparando-o para a vida profissional. Os processos de avaliação devem ser revistos pelo docente, utilizando as melhores maneiras de avaliação para que o favorecido seja o aluno, sem

deixar de seguir as normas e leis impostas pelo sistema educacional brasileiro e as legalidades da própria universidade.

REFERÊNCIAS

BARROSO, J. A regulação das políticas públicas